

# O CRACK NA FRONTEIRA BRASILEIRA

Eduardo Stranz

Mariana Boff Barreto

Rosângela Ribeiro

Virna Limongi

## Resumo:

O Observatório do Crack, projeto elaborado e mantido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), com a intenção de coletar informações sobre a temática do crack e outras drogas nos Municípios brasileiros, realizou recentemente pesquisa com 330 dos 588 Municípios que compõem a faixa de fronteira do país (56%). Destes, 22% pertencem à região Norte, 57% pertencem à região Centro-Oeste e 64% pertencem à região Sul.

Apesar de serem regiões distintas, todas enfrentam problemas ligados à criminalidade relacionada ao tráfico e ao consumo de crack. Esses dados permitem dizer que não há uma estrutura sólida de segurança pública na faixa fronteiriça do país.

Portanto, a contrapartida não pode nem deve ser apenas em **nível municipal. É preciso rediscutir a situação da fronteira brasileira e, especialmente**, rever o Plano Estratégico para a Fronteira e a Estratégia Nacional para as Fronteiras, de modo que exista articulação entre governo federal e municipal.

**Palavras-chave:** Crack. Fronteira. Brasil.

## Introdução

Estabelecida no ano de 1974, a “Faixa de Fronteira” brasileira se estende por aproximadamente 17 mil km e abrange 588 Municípios de 11 Estados. São eles: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina.

Os Municípios que possuem qualquer porção do seu território dentro dessa faixa são considerados de fronteira e são regidos por leis específicas em matérias distintas. Sua delimitação é de 150 km a partir do limite internacional, respeitando o recorte municipal. Para se ter ideia, a soma das áreas dos Estados fronteiriços corresponde a 27% do território brasileiro.

Como esse espaço territorial apresenta uma diversidade geográfica, cultural e socioeconômica muito expressiva, há necessidade de um olhar mais direto, uma vez que a região de fronteira é historicamente abandonada pelo Estado e marcada pela dificuldade de acesso a bens e serviços públicos. A criação desse território foi feita sob a percepção da segurança nacional e, até os dias de hoje, é carente de políticas públicas consistentes que promovam o desenvolvimento necessário para a região (MACHADO, 2005).

Dessa forma, este artigo objetiva identificar quais os principais problemas enfrentados pelos Municípios de fronteira; se são rota de tráfico, quais estruturas de segurança que dispõem para o enfrentamento à circulação do crack e outras drogas, quais os recursos disponíveis e se o programa “*Crack é Possível Vencer*”, do governo federal, chegou aos Municípios de alguma maneira.

Para tanto, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) elaborou um questionário e o disponibilizou no portal do Observatório do Crack (<http://www.cnm.org.br/crack/>). O material continha questões específicas sobre Municípios de fronteira e podia ser acessado por meio de um *login* e senha. A abordagem se deu por meio de telefone e, na

maior parte dos casos, o contato foi feito com as secretarias municipais, no período de junho de 2013. Dos 588 Municípios contatados, 330 (56%) responderam ao questionário.

## **Regiões pesquisadas**

### **Região Norte**

Esta é a maior região do Brasil, formada pelos Estados de Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Sua localização proporciona fronteiras com seis países sul-americanos: Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Além disso, a região Norte possui uma extensão territorial que corresponde aproximadamente a 45% da área total do Brasil. Apesar de ser a maior região do país, a Norte é a segunda menos habitada.

Neste estudo, foram pesquisados cinco (5) dos seus sete (7) Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima. Em faixa de fronteira, existem 98 Municípios, dos quais 22 (22%) responderam à pesquisa da CNM.

Aproximadamente 60% dos pesquisados responderam que enfrentam problemas com relação ao crack, são eles: violência (21%), furto (19%) e homicídio (18%). Como se percebe, não há uma diferença significativa no número das citações, o que leva a crer que o crack desencadeia nos Municípios um conjunto de problemas.

Além disso, a região Norte possui números que chamam a atenção quando o assunto é a exploração sexual. Dos pesquisados, 11% apontaram enfrentar problemas com a prostituição. O que pode estar ligado ao fato de que muitas crianças, adolescentes e adultos são levados a se prostituir e traficar para manter o vício. Afinal, as drogas e a violência têm uma afinidade cada vez mais estreita.

A maior parte dos Municípios entrevistados (59%) é rota de tráfico de drogas vindas de outros países. Entre as drogas que são comercializadas na região Norte, destacam-se a maconha, com 41% das citações, e a cocaína, com 28%. Em terceiro lugar aparece o crack, sendo o responsável por 22% das afirmações.

Das instituições responsáveis pela realização da fiscalização e da segurança na fronteira do país, percebe-se uma enorme lacuna. Postos da Polícia Federal não aparecem em nenhuma das citações, um dado revelador, já que dentre as funções dessa instituição está justamente a repressão ao tráfico de entorpecentes e o contrabando.

Uma das formas de acesso pelas quais as drogas entram no Brasil são as rodovias federais, que são de responsabilidade da Polícia Rodoviária Federal. Neste estudo, os Municípios pesquisados citaram a presença desse tipo de policiamento em porcentagem reduzida (4,5%), o que demonstra uma fragilidade no combate aos crimes ocorridos nessas vias. Já a Polícia Civil (72,7%) e a Polícia Militar (86,3%) têm uma representação um pouco maior nesta área.

Uma pequena parte dos Municípios (14%) recebem usuários de drogas de países vizinhos. A maioria (82%) não recebe usuário de drogas. Isso pode sinalizar a falta de rede para o próprio morador da região. Se não há condições para atender à demanda interna, tampouco haveria para atender a usuários de outros países.

No que tange ao programa federal "*Crack, é possível vencer*", apenas 14% dos Municípios tiveram acesso aos recursos federais, dado esse que reforça o quanto a região Norte, apesar da sua amplitude e importância no âmbito do combate às drogas, vem sendo esquecida pela União.

## Região Centro-oeste

A Região Centro-Oeste é dividida em 4 unidades federativas: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. Possui um grande território, sendo a segunda maior região do Brasil em superfície territorial, e faz fronteira com dois países: Bolívia e Paraguai. Por outro lado, é a região menos populosa do país.

Neste estudo, foram pesquisados os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em faixa de fronteira, existem 72 Municípios, dos quais 41 (57%) responderam à pesquisa.

Dos Municípios pesquisados na região Centro-Oeste, 85% afirmaram enfrentar problemas com relação ao crack, o que sinaliza a amplitude que a droga vem tomando na área. Os problemas mais mencionados são a violência e o roubo, ambos com 19% das citações. Em segundo lugar, aparece o furto (17%).

Um fato que chama a atenção em relação às respostas é que 15% dos entrevistados identificaram o aliciamento de crianças e adolescentes nos Municípios. Uma violação de direitos gravíssima, quando, de acordo com a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), o uso de crianças e/ou adolescentes para o tráfico de drogas ou prostituição são algumas das piores formas de exploração.

Convém alertar que a pouca oferta de ações e programas de proteção social para esse público pode contribuir direta e indiretamente para a inserção desses jovens no mundo do crime.

Outro agravante é a falta de integração entre as políticas públicas voltadas para infância e adolescência. É necessário unir sinergias entre educação, saúde e assistência social, de modo que se possa prevenir e tratar situações de risco social.

Dos 41 Municípios que responderam ao questionário, 76% afirmaram que se encontram em rota de tráfico. Sendo assim, vale ressaltar que a região Centro-Oeste faz fronteira com a Bolívia, um dos maiores produtores de cocaína do mundo, servindo, então, como porta de entrada da droga.

Percebe-se que não há uma diferença representativa entre o tipo de droga comercializada. Tanto o crack quanto a cocaína e a maconha se aproximam dos 30% nas citações feitas. O que coloca em estado de alerta a questão das drogas na faixa de fronteira dessa região.

No Centro-Oeste, a presença de instituições que trabalham nas áreas de fiscalização e/ou policiamento é um pouco mais significativa se comparada à região Norte do país. Os postos da Polícia Federal são citados em 14,6% das respostas, da Polícia Rodoviária Federal em 24,4% e Polícia Civil e Militar, 75,6% e 78%, respectivamente.

Com números menos expressivos, há os postos de Alfândega (7,3%), geralmente localizados junto a fronteiras terrestres e aeroportos, os quartéis do exército (22%) que em fronteiras realizam atividades como a de controle de tráfico, os destacamentos da Força Nacional (4,9%) e Aeronáutica (2,4%) e os postos de Fiscalização do ICMS (14,6%).

A maioria dos Municípios (71%) não recebe usuários de drogas de países vizinhos. Porém, 29% enfrentam esse problema e metade oferece tratamento na rede local, o que acaba contribuindo para aumentar as despesas do Município.

Pouco mais de 20% chegou a receber recursos federais como parte do Plano Nacional de Combate ao Crack.

## Região Sul

A menor em extensão territorial, a região Sul do Brasil é formada por três Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Limita-se ao sul com o Uruguai, a oeste com a Argentina e o Paraguai.

Neste estudo, os três Estados citados foram pesquisados. Em faixa de fronteira, existem 418 Municípios, dos quais 267 (64%) responderam à pesquisa.

O crack apresenta-se como um problema para a maioria dos Municípios localizados na faixa de fronteira da região Sul do país (65%). Com relação ao tipo de problemas enfrentados devido ao crack, os roubos e os furtos ficaram em primeiro lugar, ambos com 20% das citações. A violência aparece em seguida com 19%. Dado que pode revelar a falta de um número efetivo de policiais menor que o necessário para fazer a devida repressão na área de fronteira. Sabe-se que o aumento da criminalidade está diretamente ligado à questão das drogas.

Os números da região Sul também são marcantes para casos de aliciamento de crianças e adolescentes. Cerca de 10% dos pesquisados apontaram a incidência desse problema. Outro ponto que chama a atenção é a porcentagem de Municípios que enfrentam questões como a exploração sexual (11%), ambos com os maiores índices, após roubos, furtos e violência.

Independente do quantitativo, situações de risco físico e psicológico a que estão expostas crianças e adolescentes devem ser enfrentadas, principalmente por esses relatos estarem vindo da região de fronteira, onde se sabe que a circulação de pessoas é mais intensa.

Dos pesquisados, 52% retrataram que são rota de tráfico. Convém lembrar que a região Sul tem o maior número de Municípios em faixa de fronteira. Então, apesar de a porcentagem parecer baixa, é preciso perceber que muitas cidades são de pequeno porte

e que em várias situações não conseguem fazer esse tipo de controle por possuírem uma extensão territorial desabitada sem qualquer tipo de fiscalização. Mais uma vez, a questão fronteiriça mostra-se como desacreditada pelos nossos governantes, onde toda a responsabilização sobre a demanda do tráfico e a circulação das drogas oriundas dos países vizinhos fica nas mãos dos gestores públicos municipais.

Quanto ao tipo de droga comercializada, o crack e a cocaína apontam com 27% e a maconha com 34%. O que não é uma surpresa, pois os países que fazem fronteira com a região Sul são conhecidos como os maiores produtores de maconha.

No que diz respeito à segurança, na região Sul, percebe-se que há carência de inúmeras instituições: a Polícia Federal está presente em apenas 9% dos Municípios pesquisados; a Polícia Rodoviária Federal, em 9,7%; Posto de Alfândega, em 3,7%; e Quartéis do Exército, em 8,6%.

Cabe destacar que cada um dos citados acima exerce funções de suma importância para a segurança e fiscalização nacional. Na Alfândega, por exemplo, há o controle e o registro da entrada de mercadorias no território brasileiro, e a escassez de postos facilita a entrada de produtos do tráfico.

Embora não seja usual, os Destacamentos da Força Nacional (0,7%) e Aeronáutica (0,4%) trabalham para suprir deficiências da Polícia Federal e para realizar o controle do espaço aéreo, respectivamente. Um ponto falho, pois, já que servem para suprir uma deficiência no sistema, ao menos deveriam existir em maior número.

A Polícia Civil está presente em 53,5% dos Municípios pesquisados e a Polícia Militar em 94%. A primeira é responsável pela fiscalização do funcionamento de determinadas atividades comerciais e a segunda é responsável pelo policiamento preventivo, sendo considerada força auxiliar e de reserva do Exército.



Esses dados apenas confirmam o quão a fronteira do país está desguarnecida. O que dificulta a repressão ao tráfico. Isso sem contar a quantidade de postos que fecham por falta de mão de obra qualificada.

Questionados sobre a recepção de usuários de drogas dos países vizinhos, 85% informaram que isso não acontece. Apenas 14% relataram que recebem estes usuários e, em 61% dos casos, oferecem tratamento na rede local.

## **Considerações importantes**

O tratamento de usuários de drogas é feito pelo SUS, e para este tipo de serviço o repasse do governo federal é ínfimo, além de os equipamentos serem disponibilizados pelo governo apenas quando a população é superior a 20.000 habitantes. Uma realidade muito distante da maioria dos Municípios pertencentes à faixa de fronteira, que possuem uma população geralmente menor. Mais uma vez, o gestor municipal retira dos cofres do Município um dinheiro que não tem para que possa oferecer serviços à população até mesmo de países vizinhos.

Quanto ao Plano Nacional de Combate ao Crack, tido como a principal ferramenta disponibilizada pelo governo federal para combater a questão do crack e outras drogas no país, 88% dos Municípios afirmam que nunca receberam repasses.

Lançado em dezembro de 2011 e com uma verba de R\$ 4 bilhões para ser destinada aos Municípios até 2014, a porcentagem de Municípios que jamais viu este dinheiro é espantosa.

## **Conclusão**

Nas três regiões pesquisadas, foi comum o relato de problemas com roubo, furto e violência, demandas que necessitam de uma estrutura sólida de segurança pública. O que

demonstra que as ações de enfrentamento ao tráfico devem ser tratadas como pauta prioritária por parte do governo.

É importante chamar a atenção para a dinâmica que essa região aponta, pois a extensão de fronteira que o Brasil possui é muito significativa, e os países vizinhos são conhecidamente produtores de drogas. Desse modo, além de ser uma rota para que as drogas cheguem a outras localidades, uma grande porção fica no Brasil, para usuários locais.

A vulnerabilidade das áreas fronteiriças é reforçada pela fraca presença do governo federal na região, a baixa densidade populacional e o atraso socioeconômico dos Municípios abandonados também pelos governos estaduais. Metade do território não é integrado à dinâmica do desenvolvimento nacional.

Inquestionáveis são as responsabilidades estabelecidas em lei que a União e os Estados não cumprem, além da indispensável necessidade de articulação e cooperação entre o Brasil e os países vizinhos. Cabe aos Municípios arcar do próprio bolso com estratégias paleativas no intuito de amenizar a quantidade de problemas decorrentes do tráfico e do consumo de drogas. Mas isso ainda não é o suficiente.

É preciso rediscutir a situação da fronteira brasileira como um todo a partir das políticas federais para a segurança. E especialmente rever o Plano Estratégico para a Fronteira e a Estratégia Nacional para as Fronteiras, ambos lançados em junho de 2011. Entretanto, a segurança pública na fronteira não pode ser desenvolvida na perspectiva da estigmatização, como se a região de fronteira fosse apenas um lugar de crime ou de controle do limite geográfico.

Em relação ao Plano Nacional de Combate ao Crack, conclui-se, pelo número de Municípios sem acesso aos recursos previstos, duas possíveis situações que agravam a política: primeiramente, falta de comunicação/informação quanto à disponibilidade desses recursos e, em segundo, falta de orientações aos Municípios para acesso a tais recursos.

## Referências

MACHADO, L. O. Et al. *Bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a Faixa de Fronteira*. 1ª ed. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

Região Norte. Disponível em: «[http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o\\_Norte\\_do\\_Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Norte_do_Brasil)». Acesso em: 2 jul. De 2013.

Região Centro-oeste. Disponível em: «[http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o\\_Centro-Oeste\\_do\\_Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Centro-Oeste_do_Brasil)». Acesso em: 2 jul. De 2013.

Região Sul. Disponível em: «[http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o\\_Sul\\_do\\_Brasil](http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Sul_do_Brasil)». Acesso em: 3 jul. De 2013.

Municípios da faixa fronteira. Disponível em: «<http://www.cnpq.br/documents/10157/249589df-7183-47b2-bbaa-2244d1f64c26>». Acesso em: 7 jul. De 2013.